

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 014/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020- PMSJ/PI/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2020

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2020 – PMSJ/PI

FINALIDADE: Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de peças para poços tubulares, para atender as necessidades do município de São José do Piauí.

DATA DA REALIZAÇÃO: 17 (dezesete) de fevereiro de 2020.

HORÁRIO: 10h30min (dez e trinta) horas.

PREÂMBULO:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PIAUÍ – PI, por meio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 009 de 07 de janeiro de 2020, conforme documento contido no processo administrativo torna público que, de acordo com a Lei Federal N.º 10.520 de 17.07.2002, Decretos Federais n.º 5.450/05 e 5.504/05 e, subsidiariamente, Lei Federal n.º 8.666/93 com suas alterações, e, ainda regulamentação local, nos termos deste edital e seus anexos, realizará, às 10h30min (dez e trinta) horas no dia 17 (dezesete) de fevereiro de 2020, na sala da Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de SÃO JOSÉ DO PIAUÍ – PI, situada na Avenida Central, nº 309, Bairro Centro, CEP 64.625-000 / SÃO JOSÉ DO PIAUÍ - PI, a sessão de abertura do procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo **MENOR PREÇO, ADJUDICAÇÃO GLOBAL**, no valor de **R\$ 244.146,47 (duzentos e quarenta e quatro mil cento e quarenta e seis reais e quarenta e sete centavos) conforme disposto nos Anexos correspondentes**, na forma abaixo:

RETIRADA DO EDITAL

A cópia deste edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de SÃO JOSÉ DO PIAUÍ – PI, o qual pode ser adquirido no endereço indicado neste edital.

INFORMAÇÕES:

ENDEREÇO: Avenida Central, nº 309, Bairro Centro, CEP 64.625-000 / SÃO JOSÉ DO PIAUÍ – PI.

HORÁRIO DE ATENDIMENTO: segunda à sexta-feira, de 08:00 às 12:00 horas

1. – CAPÍTULO I – DO OBJETO:

1.1 – Esta licitação tem por objeto Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de peças para poços tubulares, para atender as necessidades do município de São José do Piauí.

2. – CAPÍTULO II – DA PARTICIPAÇÃO:

2.1 – Poderão participar do certame todos os interessados, pessoas jurídicas pertencentes ao ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, conforme cada caso, que preencherem as condições de credenciamento e habilitação, disposto neste Edital, ou apresentar documentação regular no ato do credenciamento e habilitação.

2.1.1 – Estarão impedidos de participar de qualquer fase do procedimento, interessados que se enquadre em uma ou mais das situações a seguir:

a) Empresas que se encontre em processo falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionem e nem sejam estabelecidas no Estado, nem aquelas que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com qualquer órgão ou ente integrante da Administração.

b) Empresas cujos sócios, diretores, representantes legais e/ou responsáveis técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo, sejam funcionários, conselheiros, inspetores, diretores, empregados ou ocupantes de cargos comissionados neste município do Estado do Piauí.

c) Empresas em regime consórcio e/ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

d) Pessoa física, mesmo que em grupo.

3. – CAPÍTULO III – DO CREDENCIAMENTO:

3.1 – Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) tratando-se de representante legal: o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência da investidura, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a cópia acompanhada do original ou autenticada da Carteira de Identidade ou outro documento equivalente de identificação com foto;

b) tratando-se de procurador: a procuração por instrumento público ou particular (desde que reconhecido firma), da qual constem **poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado** do correspondente documento, dentre os indicados na alínea “a”, que comprove os poderes do mandante para a outorga, inclusive se for microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP), para ofertar nova proposta, quando for o caso;

c) Não haverá credenciamento no caso de apresentação de Instrumento público de procuração ou instrumento particular sem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, inclusive se for microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP), para ofertar nova proposta, quando for o caso.

d) cópia atualizada do cnpj validade 90 (noventa) dias após emissão;

3.2 – Os interessados ou seus representantes apresentarão **declaração, fora dos envelopes**, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e dos preços oferecidos, procedendo-se sua abertura em conformidade com o estabelecido na sessão.

3.3 – O representante legal e/ou procurador deverá identificar-se exibindo cópia de documento oficial de identificação que contenha foto, acompanhado da original para conferência, ou cópia autenticada em Cartório.

3.4 – Será admitido apenas 01(um) representante para cada licitante credenciada, e cada representante só poderá representar uma empresa, preservada a opção por um ou mais laboratórios, podendo o mesmo ser substituído para efeito de participação na Sessão, desde que conste da Procuração, inclusive, com os mesmos poderes.

3.5 – A ausência de credenciamento do licitante ou a representação defeituosa da empresa não excluirá o licitante de participar do certame, mas o impedirá de formular lances e representar a empresa para todos os fins.

3.6 – Iniciada a sessão pública de credenciamento do pregão com a entrega da documentação de credenciamento e dos envelopes nº 01 e nº 02, não serão admitidos novos licitantes, nem retardatários, bem como não cabe a desistência da proposta, não sendo admitida, sob qualquer hipótese, complementação posterior de documentos em nenhuma fase deste certame (credenciamento, propostas e habilitação).

3.7 – As microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos do art. 72 da Lei Complementar nº 123/06 e devido à necessidade de identificação pelo Pregoeiro, deverão credenciar-se acrescidas das expressões “ME” ou “EPP” à sua firma ou denominação e apresentar a ***DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, assinada pelo seu proprietário ou sócios acompanhada da Certidão da Junta Comercial da sede da licitante.***

3.7.1. A Declaração supracitada deverá ser apresentada fora do envelope de proposta e documentação, a qual deverá ser entregue à Pregoeiro para que a empresa usufrua dos privilégios da Lei nº123/06

3.7.2. O credenciamento do licitante como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) somente será procedida pelo Pregoeiro se o interessado comprovar tal situação jurídica através da declaração supracitada junto com a Certidão da Junta Comercial.

3.7.3. O descumprimento da lei, sem prejuízo das sanções cabíveis, não acrescentando ao nome credenciado as extensões ME ou EPP, significa renúncia expressa e consciente, desobrigando o Pregoeiro, dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06 aplicáveis ao presente certame;

3.7.4. A responsabilidade pela comprovação de enquadramento como “ME” e “EPP” compete às empresas licitantes, representadas por seu proprietário ou sócios e pelo contador que, inclusive, se sujeitam a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

3.7.5. A falsidade da declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº123, caracteriza o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção prevista no edital.

4. – CAPÍTULO IV – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS EXIGIDOS, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

4.1 – A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação deverá ser apresentada **fora dos Envelopes** nºs 01 e 02. Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro no momento da sessão, com registro da ocorrência em ata.

4.1.1 A declaração acima referida deverá ser subscrita pelo representante legal ou pelo procurador caso este tenha outorga para tal.

4.2 – A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 (dois) envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

**ENVELOPE- Nº 01 PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020 – PMSJ/PI
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2020
EMPRESA:**

**ENVELOPE Nº 02 – DOC. DE HABILITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020 – /PMSJ/PI
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2020
EMPRESA:**

4.3 – A proposta comercial deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, preferencialmente com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, legalmente habilitado.

4.4 – Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabela de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo pregoeiro ou por membro da equipe de apoio, por ele designado.

4.5 – As certidões e/ou certificados obtidos via internet poderão ser apresentados em originais ou fotocópias simples sujeitas à verificação da autenticidade no sítio correspondente.

5. – CAPÍTULO V – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE DA PROPOSTA:

As propostas deverão obedecer às especificações e condições previstas neste instrumento convocatório e anexo que deste fazem parte integrante como aqui transcrito.

5.1 – A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

a) Nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual/municipal;

b) Número do Pregão Presencial;

c) Preço unitário dos itens, cotando-se cada produto discriminado no item, em moeda corrente nacional, em algarismo com até 03 (três) casas decimais após a vírgula e por extenso tanto o unitário quanto o total. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes (fretes), tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto desta licitação.

d) Descrição do objeto da presente licitação, com a indicação da procedência, marca e modelo do produto cotado.

e) Prazo de validade dos valores, que será até 31 de dezembro de 2020, contados da data de assinatura do contrato, assegurados o direito de revisão e atualização na forma legal. O contrato poderá ser prorrogado por igual período (caso de acordo na lei vigente), assegurada à prerrogativa prevista no inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93 a qualquer órgão ou ente contratante desde que preservadas todas as vantagens para a Administração.

f) O item deverá apresentar descrição completa detalhada de acordo com Termo de Referência, de maneira a demonstrar que o produto cotado atende às especificações técnicas constantes dos Anexos deste edital.

5.2 – Prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da realização do certame.

5.3 – A proposta deverá ser apresentada com especificação completa, igual à exigida no edital (anexos) obrigando-se o proponente, nesse caso, a entregar o produto de acordo com as exigências do Edital.

5.4 – Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta, seja em relação a prazo, especificações do produto ofertado ou qualquer outra condição que importe em modificação dos termos da proposta original, ressalvadas as alterações destinadas a sanar evidentes erros formais, assim avaliadas pelo pregoeiro na sessão.

5.5 – A falta do valor por extenso na proposta não será motivo para desclassificação, podendo o mesmo ser assentado pelo licitante em Ata.

5.6 – Havendo divergência entre o preço unitário e o preço por extenso, prevalecerá o preço por extenso.

5.7 – A falta de CNPJ e/ou endereço completo e de qualquer outro elemento que identifique a licitante acarretará desclassificação da proposta neste certame, ficando na sessão de abertura lavrada em ata todos os atos sob o conhecimento do Representante Legal ou procurador da licitante, desde que tenha poderes para este fim.

5.8 – A proposta de preço deverá estar acompanhada da declaração de que o fornecedor do objeto conhece e aceita as regras determinadas pela Administração, do Termo de Responsabilidade e da declaração de que se compromete a executar o objeto da licitação dentro do município de SÃO JOSÉ DO PIAUÍ-PI, sem custos adicionais e independentes de quantidade, através deste Edital.

5.8.1. A ausência das declarações referidas no item 5.8 não desclassificará de plano a proposta do licitante, porém ficará o representante credenciado obrigado a registrá-las em ata da sessão pública, sendo que a sua negativa ou impossibilidade poderá acarretar a desclassificação da proposta, após a etapa de lances.

5.9 – O preço permanecerá fixo e irrevogável pelo período mínimo de 60 (sessenta) dias, exceto quando confirmado motivo justo para revisão ou atualização.

5.10 – Qualquer vício ou defeito na proposta será observado pelo pregoeiro que desclassificará a mesma, salvo em situações previstas na Lei nº 10.520 e a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 8.666/93 e suas posteriores Alterações.

6. – CAPÍTULO VI – DO DIREITO DE PREFERÊNCIA E DEMAIS REGRAS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

6.1 – Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14.12.2006 e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no Capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento, DECLARAÇÃO, acompanhada da Certidão da Junta Comercial da sede da licitante.

6.1.1 - Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações, concedido às microempresas e empresas de pequeno porte, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as que se enquadrarem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do seu art. 3º.

6.2 - O documento de comprovação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá ser apresentado fora dos envelopes, no ato do credenciamento, sua condição básica para a participação na situação prevista pela Lei 123/2006.

6.3 - No caso de proposta apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, será assegurada a preferência, observado o que segue:

6.3.1 - A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos depois de encerrados os lances, sob pena de preclusão, situação em que o objeto será adjudicado a seu favor.

6.3.2 - Não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma prevista no item anterior, serão convocadas as licitantes remanescentes enquadradas na mesma situação, na ordem de classificação, para exercer o mesmo direito.

6.3.3 - Em sendo equivalentes os valores apresentados pela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte enquadradas no intervalo de até 5% (cinco por cento), deverá ser realizado sorteio entre elas para que seja identificada aquela que ofertará lance em primeiro lugar e, assim, sucessivamente.

6.3.4 - Na impossibilidade de adjudicação do objeto à empresa enquadrada como descrito nos itens anteriores, aquele será adjudicado a favor da proposta originalmente vencedora. Tal procedimento somente ocorrerá quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

6.3.5 - Em sendo necessário o pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

6.4 - Comprovando-se falhas ou defeitos na documentação apresentada, é facultado ao pregoeiro solicitar ao licitante que os corrija até o final da sessão, apresentando documentos que supra os defeitos ou omissões, não sendo permitida a concessão de prazos além do final da sessão, exceto quando:

6.4.1 - Havendo restrições em documentos que comprovem a regularidade fiscal apresentados por Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, deverá ser suspensa a sessão, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo início é o momento em que o proponente for declarado vencedor. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Pregoeiro, para fins de saneamento do problema que inclui: pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de negativa.

6.4.2 - A não regularização no tempo determinado, implica em decadência do direito à contratação, sem prejuízo da possibilidade de se aplicar as demais sanções previstas neste edital e legislação correlata, sendo faculdade da Administração convocar as remanescentes, na ordem de classificação, para repregar, assinar o contrato ou, revogar a licitação.

6.4.3 - No caso de concessão de prazo para que seja comprovada a regularidade fiscal (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), o direito a recurso será exercido ao término do referido prazo, em sessão pública a ser marcada pelo pregoeiro, sob anuência do Superintendente de Licitações.

6.5 - Fica recepcionada por este Edital para efeito de participação da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte a Lei nº 123/2006 e toda a legislação que a disciplina, inclusive suas alterações posteriores aqui não, como se aqui estivessem transcritas.

7. – CAPÍTULO VII – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO”:

7.1.1.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b”, deste subitem;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de Cooperativa, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 5.764, de 16/12/1971, quando a atividade assim o exigir.
- f) Os documentos relacionados nas alíneas “a” a “e” deste subitem não precisarão constar do envelope “Documentos de Habilitação”, se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

7.1.1.2 – REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição regular e válida no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio da sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, compreendendo a Certidão de Quitação de Tributos e a Certidão quanto à Dívida Ativa - ou outras equivalentes na forma da Lei - expedidas, em cada esfera de Governo, pelo órgão competente;
 - c.1) FEDERAL – Certidão Quanto à Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos Federais (Conjunta), inclusive os débitos relativos a Contribuições Sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
 - c.2) ESTADUAL – Certidão Quanto à Dívida Ativa do Estado e Certidão de Quitação de Tributos Estaduais;
 - c.3) MUNICIPAL – Certidão Quanto à Dívida Ativa do Município e Certidão de Quitação de Tributos Municipais.
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, ou Positiva com Efeitos de Negativa.
- e) Prova de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

7.1.1.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falências e concordatas ou de recuperação judicial e extrajudicial.
 - a.1) da empresa;
 - a.2) dos sócios ou empresário

7.1.1.4. OUTRAS COMPROVAÇÕES

- a) Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal ou pelo procurador se este tiver outorga para tal, de cumprimento do disposto no inciso XXXII do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal e na Lei 9.854 de 27 de outubro de 1999, nos termos do Anexo V.
- b) Declaração da licitante elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal ou pelo procurador se este tiver outorga para tal, assegurando a inexistência de fato impeditiva para licitar ou contratar com a Administração;
- c) Alvará de Localização e Funcionamento, do domicílio ou sede da licitante, ou outro documento equivalente observado a legislação municipal pertinente, em cada caso, para a validade do documento.
- d) Consulta junto ao Cadastro Nacional de Empresas - CEIS, inidôneas e suspensas, para atesto que os mesmos não estão impedido de licitar com órgão da administração pública;
- d.1) da empresa;
- d.2) dos sócios ou empresário
- e) Certidão Negativa de Nada Consta emitida pelo Tribunal de Contas do Estado TCE da Sede da Licitante;
- e.1) da empresa;
- e.2) dos sócios ou empresário;
- f) Certidão Negativa de Nada Consta emitida pelo Tribunal de Contas da União TCU;
- f.1) da empresa;
- f.2) dos sócios ou empresário;
- g) Certidão Negativa de NADA Consta emitida pelo: CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade
- g.1) da empresa;
- g.2) dos sócios ou empresário
- h) Certidão Negativa de NADA Consta emitida pelo CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas
- h.1) da empresa;
- h.2) dos sócios ou empresário

7.2 – DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

- a) Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 60 (sessenta) dias contadas da data constante do documento.
- b) Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, inclusive quanto à legislação estadual e municipal aplicável a cada participante, ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o proponente será inabilitado.
- c) Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da Matriz ou todos em nome da Filial exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à Matriz e referir-se ao local da sede do interessado.

8. – CAPÍTULO VIII – DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO:

- 8.1 No horário e local indicado no preâmbulo será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame. Não serão admitidos licitantes retardatários, sob qualquer hipótese.
- 8.2. A documentação de credenciamento e os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão.
- 8.3. Caso seja impossibilitada a realização da sessão na data marcada para início do Pregão, esta se realizará no primeiro dia útil subsequente ou outra data deliberada pelo pregoeiro e equipe com a devida comunicação formal aos licitantes que retiraram o Edital.
- 8.4. Aberto o credenciamento, conseqüentemente, estará encerrada a possibilidade de admissão de novos participantes no certame. Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não serão admitidos novos proponentes, bem como proponentes retardatários, dando-se início ao recebimento da documentação de credenciamento e dos envelopes.
- 8.5. Os licitantes deverão apresentar as suas propostas contendo o preço unitário de cada item e o preço total, devendo o pregoeiro considerar para efeito de negociação na sessão o valor total de cada item, sobre o qual deverá incidir o desconto, percentual este que deverá refletir em cada item.
- 8.6. O julgamento dar-se-á mediante a negociação de cada item, sem prejuízo da faculdade administrativa quando da contratação demandada por meio de requisições para aquele item, conforme exigir sua necessidade.
- 8.7. O licitante poderá cotar na sua proposta todos os lotes ou apenas os lotes para os quais deseja concorrer, a fim de poder participar. Caso seja o vencedor o preço cotado ficará registrado para o item.
- 8.8. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital.
- 8.8.1. No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros.
- 8.9. Seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela.
- 8.9.1 Não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes, e ainda a possibilidade de todas as empresas apresentarem lances para efeito de registro no sistema.
- 8.10. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior valor e os demais em ordem decrescente.
- 8.10.1. Se dentre as propostas apresentadas por escrito, quando da abertura dos envelopes, houver empate, o pregoeiro procederá ao sorteio na forma do parágrafo 2º do Art. 45 da Lei. 8666/93, para estabelecer qual dos licitantes empatados deve oferecer o lance primeiro, sem prejuízo de observação do art. 3º da mesma Lei.
- 8.10.2. A desistência em apresentar lance verbal quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante daquela etapa de lance e na manutenção do último preço apresentado para efeito de ordenação das propostas.

- 8.11. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.
- 8.11.1. O Pregoeiro poderá no decorrer da sessão estipular, para novos lances, parâmetros ou percentagem de redução sobre o menor preço (margem de lance).
- 8.11.2. O Pregoeiro poderá, no decorrer da sessão determinar o tempo de que dispõem os licitantes para ofertarem seus lances orais e estipular margem de lance.
- 8.12. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances ou conforme determinar o pregoeiro no momento da sessão.
- 8.12.1. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes deste Edital.
- 8.13. O Pregoeiro poderá, ainda, negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas a reduzir ainda mais o preço, caso não optem pelo empate.
- 8.14. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito;
- 8.14.1. O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes a composição de preços unitários dos Produtos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários, no prazo a ser por ele definido podendo realizar diligência e ou procedimentos de investigação a fim de conferir dados em garantia do objeto.
- 8.15. Considerada aceitável a oferta de menor preço para qualquer dos itens, somente será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação quando concluído o julgamento de todos os demais itens.
- 8.16. A verificação de documentos extraídos pela Internet será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, exceto por impossibilidade devidamente justificada.
- 8.17. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação.
- 8.18. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta, ou mais, aceitável cujo autor(s) atenda(m) os requisitos de habilitação, caso em que será (ão) declarado(s) vencedor(s).
- 8.19. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a(s) licitante(s) será (ão) habilitada(s) e declarada(s) vencedora(s) do certame, sendo a ele(s) adjudicado o referido lote;
- 8.20. No julgamento das propostas será adotado o critério de menor preço GLOBAL, atendidas as condições estabelecidas neste Pregão.
- 8.21. O pregoeiro poderá, se necessário, suspender a sessão para recorrer a setores técnicos internos e externos, bem como ao setor requisitante da compra do material objeto deste Pregão, a fim de obter parecer que possibilite melhor julgamento das especificações dos produtos cotados, definindo nova data para continuidade da sessão licitatória;
- 8.22. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes presentes.
- 8.23. Verificando-se no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a proposta será desclassificada;

8.24. Depois de concluída a sessão, em especial para as rodadas de lances, depois de habilitada e adjudicada, os licitantes deverão apresentar as propostas devidamente corrigidas considerando os valores negociados em sessão, os quais deverão ser levados em consideração para efeito de posterior chamamento.

9. – CAPÍTULO IX – DA IMPUGNAÇÃO:

9.1 – Até dois dias úteis anteriores a data fixada para recebimento das propostas, qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, sendo neste caso o prazo decadencial.

9.1.1. A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme prevê a legislação.

9.1.2. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, desde que a impugnação possa alterar a formulação das propostas.

9.2 – Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital aquele que, tendo-o aceito sem objeção venha a apontar, na data da abertura da sessão ou depois da abertura dos envelopes de propostas, falhas ou irregularidades, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

10. – CAPÍTULO X – DO RECURSO, DA HOMOLOGAÇÃO, ASSINATURA DA ATA E CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS:

10.1 – No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2 – A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao(s) licitante(s) vencedora(s) e o encaminhamento do processo à autoridade competente para realização do ato de controle final.

10.3 – Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

10.3 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

10.4 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente encaminhará os autos para adjudicação e homologação.

10.4.1. Homologado o resultado da licitação, os fornecedores classificados, serão convocados para assinar o contrato, em até 05 (cinco) dias úteis contados da convocação, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

10.4.1.1. É facultado à administração, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.4.2. O contrato implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

10.4.2.1. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

10.4.3. A contratação com os fornecedores será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4.4. Após a homologação da licitação observará, entre outras, as seguintes condições:

I – a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

10.4.5. Serão registrados na ata da sessão, nesta ordem:

I – os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva;

II – os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceito cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado.

10.5 – Os preços serão registrados GLOBAIS, considerando-se a totalidade e necessidade do objeto, sempre tendo em vista a necessidade da Administração contratante.

10.6 – A licitante que convocada para assinar a Ata deixar de fazê-lo no prazo fixado, sem justificativa plausível, dela será excluída, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste edital.

10.7. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.8. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

10.8.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

10.8.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

10.9. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de Pregão Presencial, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

11. – CAPÍTULO XI – DO PRAZO DE VALIDADE E DO CANCELAMENTO

11.1 – O prazo de validade do contrato não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações. O contrato ser assinado no prazo de validade de convocação, sem prejuízo das prerrogativas asseguradas pelo inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93.

11.2 – O ato contratual a ser firmado entre a Prefeitura Municipal de SÃO JOSÉ DO PIAUÍ – PI e as Empresas que apresentarem as propostas classificadas, terá validade de 12(doze) meses a partir da data de sua publicação.

11.2.1 O contrato será cancelado quando:

I - descumprir as condições da previstas no edital e na minuta do contrato;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

11.3. O cancelamento do devido contrato poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

12. – CAPÍTULO XII – DOS PRAZOS, DO LOCAL DE ENTREGA E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO.

12.1 – Os bens licitados deverão ser entregues de acordo com as necessidades do órgão/ente contratante ou em local por ele designado.

12.1.1. A autorização de serviço será de inteira responsabilidade e iniciativa do órgão/ente, cabendo ao mesmo todos os atos burocráticos indispensáveis a uma regular administração, em comum acordo com os vencedores deste certame, formalizando por intermédio de Nota de Empenho e simples Ordem de Serviço, quando a entrega for de uma só vez e não houver obrigações futuras ou, ainda, por Nota de Empenho e Contrato individual nas hipóteses que se fizerem necessárias cláusulas que possam resguardar direitos e obrigações futuras.

12.2 – A contratada ficará obrigada a disponibilizar o objeto quando requisitado imediatamente a partir da retirada/recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento e/ou Nota de Empenho.

12.3 – A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita onde a contratante deliberar, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento e/ou substituições indicadas pela equipe ou pessoa designada para recebimento.

12.4 – O objeto desta licitação será recebido provisoriamente, caso se constate real necessidade, no local e endereço indicados no subitem anterior, para verificação da conformidade do objeto com as condições, especificações e exigências do edital.

12.5 – Por ocasião da entrega, a Contratada deverá descrever no comprovante respectivo, a data, o nome, o cargo e a assinatura do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.

12.6 – Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

12.6.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

12.6.1.1 Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado;

12.6.2. Outro prazo poderá ser acordado, desde que não restem prejuízos para a Administração.

12.7 – O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável ou equipe designada.

13. – CAPÍTULO XIII – DOS PAGAMENTOS, DO REAJUSTE DE PREÇOS E DA REVISÃO:

13.1 – Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará ao órgão/ente, após o atendimento de cada pedido, requerimento solicitando o pagamento devidamente acompanhado da fatura/nota fiscal devidamente atestada e cópia da Nota de Empenho.

13.2 – Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da data de entrada do requerimento e fatura-recibo no protocolo do órgão/ente contratante, ou em outro prazo que poderá ficar ajustado com o contratante, inclusive quanto aos parcelamentos, sob pena de assistir direito às verbas e atualização dos valores na forma legal.

13.3 – As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções.

13.4 – Os pagamentos serão feitos através de transferência bancária na conta corrente da contratada, que deverá indicar a instituição bancária, agência, localidade, conta corrente, para que seja feito o critério correspondente. Estas informações devem constar da nota fiscal ou nota fiscal/fatura.

13.5 – A contratada não receberá pagamento enquanto houver pendências de obrigações que tenham sido impostas em virtude de penalidades ou inadimplemento. Cessadas estas causas, os pagamentos serão retomados sem que haja qualquer direito a atualização monetária.

13.6 – Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

a) Certidão Negativa de Débitos CND emitida pelo INSS

b) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS

c) Certidão de Regularidade Fiscal com as Fazendas: Federal, Municipal e Estadual.

13.7 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da Ata, admitida a revisão quando houver desequilíbrio econômico-financeiro.

13.8 – Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento dos bens, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá ocorrer a repactuação do valor contratado e/ou registrado, evitando, contudo, solução de descontinuidade dos fornecimentos. Não haverá procedimento de revisão ou atualização em prazo inferior a 60 (sessenta) dias contados da publicação do Extrato, independente do motivo que possa ser alegado.

14. – CAPÍTULO XIV – DA POSSIBILIDADE DE RENEGOCIAÇÃO DE PREÇOS:

14.1 – Os bens similares às especificações dos objetos contemplados neste certame poderão ser renegociados com as empresas que tiverem seus preços registrados (detentores da ata), somente na hipótese do asseguramento de reais vantagens para a contratação, o que deve ser justificado (motivado) no processo administrativo, sempre tendo como parâmetro o preço registrado e as condições reais de mercado.

14.2 – A renegociação, no ato do contrato, poderá ser retomada em razão da quantidade a ser contratada, ficando estipulado como parâmetro máximo, o preço registrado correspondente ao valor da unidade.

15. – CAPÍTULO XV – DA FORMA DE CONTRATAÇÃO:

15.1 – Os fornecedores de bens inscritos na Ata do certame licitatório deverão celebrar os contratos que poderão advir deste procedimento, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata, com força contratual.

15.2 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que poderão advir deste procedimento, no entanto estarão obrigados a realizar outra licitação.

15.3 – Quando da necessidade de contratação, deverá a equipe gerenciadora do ser consultada sobre a indicação do Fornecedor na ordem de classificação ou conforme requisitado pelo agente ordenador da despesa.

15.4 – Após as informações da equipe gerenciadora, o servidor responsável convocará o fornecedor indicado, através da ordem de fornecimento e empenho para que proceda a entrega do objeto no prazo designado.

15.5– O fornecedor do bem deverá, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data da convocação, comparecer junto Contratante para retirar a Ordem de Fornecimento (ou instrumento equivalente).

16. – CAPÍTULO XVI – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

16.1 – A recusa injustificada da licitante vencedora em aceitar ou retirar a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legal estabelecidas.

16.2 – As sanções administrativas aplicadas à(s) licitante(s) estão descritas no Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

16.3 – As multas a que se referem os subitens anteriores serão descontadas dos pagamentos devidos pela Prefeitura Municipal de SÃO JOSÉ DO PIAUÍ – PI ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.

16.4 – A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da Lei.

17. – CAPÍTULO XVII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

17.1 – Todos e qualquer pedido de alteração do Contrato, nota de Empenho oriundo deste Edital será dirigido à autoridade responsável pela emissão do mesmo, a quem caberá o deferimento ou não do pedido.

17.2 – A autoridade competente poderá, em qualquer fase do procedimento licitatório desclassificar a proposta da licitante que for declarada inidônea para contratar com a Administração pública.

17.3 – À Prefeitura Municipal de SÃO JOSÉ DO PIAUÍ– PI fica reservado o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação, de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.4 – As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade, a celeridade do procedimento e a segurança da contratação.

17.5 – Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas a serem assinadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes, tantas quantas necessárias para consecução do fim desta licitação.

17.6.1. As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata da sessão.

17.6.2. Se não houver tempo suficiente para a finalização da etapa competitiva ou para abertura dos envelopes “Documentação – propostas ou habilitação” na mesma sessão; em face do exame das propostas com as exigências do Edital, ou, ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em atas e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada pelo Pregoeiro.

17.7 – Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes, exceto quando renunciarem tacitamente ao direito.

17.8 – Os extratos parciais do resultado final desta licitação serão divulgados no Diário Oficial dos Municípios.

17.9 – Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Diário Oficial dos Municípios, na forma legal, quando couber.

17.10 – Os envelopes contendo os documentos de habilitação, não abertos, ficarão à disposição para retirada na Prefeitura Municipal de SÃO JOSÉ DO PIAUÍ – PI, até 05 (cinco) dias após a publicação do extrato contratual, sendo posteriormente enviado para reciclagem.

17.11. No caso das empresas declaradas na condição de classificáveis, os documentos de habilitação serão devolvidos e somente requisitados na sessão em que for retomada a negociação, verificados naquela oportunidade na ordem de chamamento, a aptidão da licitante para firmar contrato com a administração.

17.12. Para efeito desta licitação serão consideradas classificáveis as licitantes que apresentarem o melhor preço, na ordem crescente, depois da(s) empresa(s) que tiver(em) seu(s) preço(s) adjudicado(s) pelo pregoeiro.

17.13 – Quaisquer tributo ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta comprovada repercussão nos preços tratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos.

17.14 – Os casos omissos desta licitação para efeito de posterior contratação, serão solucionados pelo Pregoeiro, na sessão, sempre na presença dos representantes das empresas envolvidas.

17.15 – Omissões, equívocos meramente formais, fatos supervenientes, conflitos ou outras situações porventura vivenciadas, serão decididos pelo Pregoeiro na sessão, com vista conferir agilidade ao feito.

17.16 – Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca da Cidade de Inhuma – Piauí, excluído que fica quaisquer outros por mais privilegiado que seja.

17.17 – Integram este Edital:

Anexo I – Termo de Referência (planilhas)

Anexo II - Modelo de declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação

Anexo III – Modelo de Declaração de inexistência de impedimento legal para licitar;

Anexo IV – Modelo de declaração de cumprimento ao art. 37, XXXIII da CF, sobre emprego de menores.

Anexo V – Declaração de Responsabilidade;

Anexo VI – Declaração de Microempresa

Anexo VII – Declaração de que conhece e aceita as regras determinadas pela Administração e de Execução do Objeto

Anexo VIII – Minuta Contratual

SÃO JOSÉ DO PIAUÍ (PI), 28 de Janeiro de 2020.

Wesley da Silva Borges
Pregoeiro Oficial

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

1.1 Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto na Lei nº 10.520, e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993 e alterações posteriores e pela Lei Complementar nº 123/06 de 14/12/2006, e nas demais normas legais e regulamentares.

2. OBJETO

2.1. Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de peças para poços tubulares, para atender as necessidades do município de São José do Piauí, de acordo com as quantidades e especificações constantes neste Termo de Referência.

3. JUSTIFICATIVA

3.1 - Realizar-se-á o Pregão Presencial para Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de peças para poços tubulares, para atender as necessidades do município de São José do Piauí.

3.2 - O presente Termo de Referência pressupõe a realização de Análise de Viabilidade da contratação, bem como a elaboração da sua respectiva estratégia (de contratação), sendo identificáveis, nas passagens abaixo descritas, conforme a pertinência ao objeto licitado.

3.3 – A Prefeitura Municipal e Secretarias, visando a atender à demanda para futuras aquisições de Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de peças para poços tubulares, para atender as necessidades do município de São José do Piauí, em conformidade com as diretrizes do município, e ainda, buscando eliminar o fracionamento de aquisições, dentre outros fatores como, a falta de homogeneidade de especificações, diferenças de qualidade, vem através deste certame, obter os quantitativos estimados para possíveis aquisições de Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de peças para poços tubulares, para atender as necessidades do município de São José do Piauí que atenderão aos diversos órgãos do município, durante a vigência contratual.

3.4 - Os benefícios da compra corporativa refletem-se em economia de escala (a ser obtida em razão do grande quantitativo licitado); transparência (por envolver vários órgãos, todos os seus procedimentos são monitorados por todos os agentes envolvidos e devem ser publicados para que todos tenham conhecimento); agilidade nas aquisições e redução do número de licitações (um único processo ajustando as condições de fornecimento, os preços e os respectivos fornecedores, para todos os órgãos da administração municipal e, finalmente, suprir as dificuldades decorrentes da falta de previsibilidade do consumo (por não haver condições de identificar a demanda).

4. ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS DO OBJETO E EXIGÊNCIAS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	V. UNT	V. TOTAL
1	121001070002 GAXETA MOT 0,5-10CV	UN	1	R\$ 7,25	R\$ 7,25
2	124001040013 PARAF.CAB. CILINDR.	UN	2	R\$ 4,95	R\$ 9,89
3	519006040004 ANEL VED 42X8 S.330	UN	1	R\$ 10,36	R\$ 10,36
4	87500039301A GUIA ESC APOIO MT S-350 2,5-6CV	UN	1	R\$ 72,17	R\$ 72,17
5	87500217701A ACOPLAMENT ANTIGO 4R1/84R1/8P	UN	5	R\$ 45,91	R\$ 229,53
6	87500218701A ACOPLAMENT NOVO 4R1/5IA 23.3X45MM	UN	4	R\$ 45,91	R\$ 183,63
7	8750810300 TUBO INDUTOR 4 BL	UN	1	R\$ 146,96	R\$ 146,96
8	87510084101A ANEL VED 300/350 1/310CV 4	UN	2	R\$ 11,92	R\$ 23,83
9	87520133100A ANEL ELAST E-20 S-500/610 BL	UN	2	R\$ 5,11	R\$ 10,22
10	87520176100A PARAFUSO INOX 1/4X1/4 BL	UN	4	R\$ 7,81	R\$ 31,24
11	87520193102A KIT PINO GUIA 500/610 SAE 5X20MM	UN	2	R\$ 25,57	R\$ 51,13
12	87520309104A BUCHA GUIA BORR.30X15 4R	UN	5	R\$ 9,90	R\$ 49,48
13	87520309105A BUCHA GUIA 36X36MM R10I/16I/25I	UN	2	R\$ 13,17	R\$ 26,33
14	87520310101A DIAFRAGMA S-400/500/760	UN	2	R\$ 32,74	R\$ 65,47
15	87520325103A BUCHA GRAF.330/350/360 G80/05 50X33X21MM	UN	10	R\$ 94,61	R\$ 946,07
16	87520325104A BUCHA GRAF SUP/INF 500/610 42X28.3MM	UN	5	R\$ 79,28	R\$ 396,38
17	87520325106A BUCHA GRAF MT610/710 49X31X35MM	UN	8	R\$ 85,97	R\$ 687,73
18	87520621104A CHAVETA 3/16X5/32X27MM 610/710	UN	2	R\$ 11,19	R\$ 22,39
19	87520624101A RETENTOR MT.330/360 40X20MM	UN	2	R\$ 30,59	R\$ 61,19
20	87520624104A KIT RETENTOR 610/710 (2PCS) 38X27MM	UN	2	R\$ 48,70	R\$ 97,40
21	87520624107A RETENTOR 01019 MT500 38X25MM	UN	2	R\$ 34,31	R\$ 68,62
22	87520624108A RETENTOR MT300/350 28X19MM	UN	4	R\$ 34,17	R\$ 136,67
23	87530069101A KIT MANCAL AXIAL 360	UN	3	R\$ 152,36	R\$ 457,08
24	87530758100A KIT TAMPA CX DIAFRAGMA MT S500-610	UN	2	R\$ 94,51	R\$ 189,03
25	87531273100A BUCHA DESG BZE 4R/ BL18X28	UN	7	R\$ 20,03	R\$ 140,21

26	87531297100A BUCHA GUIA INOX 30X15MM	UN	10	R\$ 21,37	R\$ 213,73
27	87531380100A BUCHA DESG. BOMBEA. 6 25X55MM	UN	2	R\$ 78,34	R\$ 156,69
28	87531407100A BUCHA DESG BRZ BL 18X17MM	UN	9	R\$ 17,62	R\$ 158,55
29	87531436100A KIT ROTOR DIFUSOR 4R5 IAPA	UN	100	R\$ 19,67	R\$ 1.966,67
30	87531438100A KIT ROTOR DIFUSOR 4R8 PB	UN	50	R\$ 33,83	R\$ 1.691,50
31	87531439100A KIT ROTOR DIFUSOR 4R1 IAPA	UN	25	R\$ 18,72	R\$ 467,92
32	87531441100A KIT ROTOR DIFUSOR 4R3 IAPA	UN	22	R\$ 19,31	R\$ 424,75
33	87531441105A KIT ROTOR DIFUSOR 4R3RIA/PA	UN	20	R\$ 20,44	R\$ 408,80
34	87531442100A KIT ROTOR DIFUSOR 4R4 IAPA	UN	120	R\$ 19,31	R\$ 2.316,80
35	87565126100A PASTILHA DE APOIO 710 JG	JG	2	R\$ 428,39	R\$ 856,77
36	87565128100A PASTILHA APOIO COMPL S-350	JG	3	R\$ 111,85	R\$ 335,56
37	87565130100A PASTILHA (JG) 500/610 TEMP	JG	2	R\$ 318,30	R\$ 636,60
38	87565131100A DISCO ENCOSTO COMPL S350 BL	UN	2	R\$ 323,68	R\$ 647,35
39	87565134100A DISCO ENCOSTO 500/610 TEMP.	UN	2	R\$ 366,88	R\$ 733,75
40	87565138100A KIT MANCAL ESC/ENCOSTO 350	UN	3	R\$ 362,51	R\$ 1.087,54
41	87565515100A TAMPA CPL DIFUSOR 4R6/8	UN	1	R\$ 20,76	R\$ 20,76
42	87565685100A KIT MANCAL ESCORA MT610	UN	3	R\$ 567,88	R\$ 1.703,63
43	87579065100A CONECTOR P/CABO MT 230	UN	12	R\$ 53,95	R\$ 647,40
44	87579157101A CABO CONECTOR MT 1.5MM 1.7M	UN	10	R\$ 143,20	R\$ 1.431,97
45	ABRACADEIRA 1 ACH REFORC	UN	10	R\$ 7,09	R\$ 70,90
46	ABRACADEIRA 1.1/2ACH REFORC	UN	12	R\$ 8,59	R\$ 103,12
47	ABRACADEIRA 1.1/4ACH REFORC	UN	8	R\$ 8,24	R\$ 65,92
48	ABRACADEIRA 2 ACH REFORC	UN	15	R\$ 9,55	R\$ 143,30
49	ABRACADEIRA 2.1/2 ACH REFORC	UN	8	R\$ 10,63	R\$ 85,07
50	ABRACADEIRA 3 ACH REFORC	UN	6	R\$ 11,80	R\$ 70,78
51	ACOPLAMENTO VANBRO 4 ANTIGO 310047007	UN	2	R\$ 155,48	R\$ 310,97
52	ACOPLAMENTO VANBRO 4 NOVO 3100470001	UN	2	R\$ 155,48	R\$ 310,97
53	ADAPT IR LF BSXPR 50 X 1.1/2	UN	25	R\$ 6,00	R\$ 150,00
54	ADAPT IR LF BSXPR 75 X 2.1/2	UN	6	R\$ 10,88	R\$ 65,26
55	ADAPT SD B. R. P/REG 20X1/2	UN	25	R\$ 1,15	R\$ 28,75
56	ADAPT SD B. R. P/REG 32X1	UN	50	R\$ 2,43	R\$ 121,67
57	ADAPT SD B. R. P/REG 40X1.1/4	UN	5	R\$ 4,50	R\$ 22,48
58	ADAPT SD B. R. P/REG 50X1.1/2	UN	15	R\$ 6,81	R\$ 102,15
59	ADAPT SD B. R. P/REG 50X1.1/4	UN	5	R\$ 8,84	R\$ 44,20
60	ADAPT SD B. R. P/REG. 75X2.1/2	UN	10	R\$ 26,81	R\$ 268,10
61	ADAPT SD F/ANEL VED CX CIL/RET 50M	UN	15	R\$ 35,39	R\$ 530,85
62	ADAPTADOR NIPLE SIMPLES FE 1	UN	10	R\$ 9,73	R\$ 97,33
63	ADAPTADOR NIPLE SIMPLES FE 1.1/2	UN	12	R\$ 12,08	R\$ 144,92
64	ADAPTADOR NIPLE SIMPLES FE 1.1/4"	UN	10	R\$ 11,04	R\$ 110,37
65	ADAPTADOR NIPLE SIMPLES FE 2	UN	8	R\$ 17,74	R\$ 141,89

66	ADAPTADOR NIPLE SIMPLES FE 2.1/2	UN	5	R\$ 24,48	R\$ 122,42
67	ADAPTADOR NIPLE SIMPLES FE 3	UN	7	R\$ 26,46	R\$ 185,20
68	ADESIVO PVC BISNAGA INCOLOR 75GR	UN	20	R\$ 8,10	R\$ 162,07
69	ADESIVO PVC FRASCO INCOLOR 850GR	UN	5	R\$ 40,58	R\$ 202,90
70	ADESIVO PVC FRASCO-POTE INCOLOR 175G	FR	30	R\$ 20,59	R\$ 617,70
71	BOBINA BCA4 CWM9/25B CAWM4 220V	UN	6	R\$ 56,74	R\$ 340,44
72	BOIA AUT SENSORCONTROL P/CX DAGUA	UN	10	R\$ 51,34	R\$ 513,43
73	BOMBA CENTR FSGP 3/4CV 1 X 1	UN	2	R\$ 903,22	R\$ 1.806,44
74	BOMBA CENTR FAMAC FSGS 1,5CV 110/220V	UN	1	R\$ 1.412,25	R\$ 1.412,25
75	BOMBA CENTR IDB 35 1/2CV 220V	UN	2	R\$ 351,32	R\$ 702,63
76	BOMBEADOR 4R3IA 21	UN	1	R\$ 1.361,78	R\$ 1.361,78
77	BOMBEADOR 4R3RIA 30	UN	1	R\$ 1.640,65	R\$ 1.640,65
78	BOMBEADOR 4R4IA 11	UN	1	R\$ 832,25	R\$ 832,25
79	BOMBEADOR 4R4IA 13	UN	1	R\$ 886,20	R\$ 886,20
80	BOMBEADOR 4R4IA 14	UN	1	R\$ 914,55	R\$ 914,55
81	BOMBEADOR 4R4IA 15	UN	1	R\$ 942,91	R\$ 942,91
82	BOMBEADOR 4R4IA 18	UN	2	R\$ 1.024,29	R\$ 2.048,59
83	BOMBEADOR 4R4IA 25	UN	1	R\$ 1.447,74	R\$ 1.447,74
84	BOMBEADOR 4R5IA 10	UN	2	R\$ 847,79	R\$ 1.695,58
85	BOMBEADOR 4R5IA 12	UN	2	R\$ 909,97	R\$ 1.819,94
86	BOMBEADOR 4R5IA 13	UN	1	R\$ 941,99	R\$ 941,99
87	BOMBEADOR 4R5IA 19	UN	1	R\$ 1.637,09	R\$ 1.637,09
88	BOMBEADOR 4R5IA 20	UN	2	R\$ 1.680,11	R\$ 3.360,21
89	BOMBEADOR 4R5IA 26	UN	1	R\$ 1.955,16	R\$ 1.955,16
90	BOMBEADOR 4R5IA 29	UN	1	R\$ 2.127,99	R\$ 2.127,99
91	BOMBEADOR 4R6PB 14	UN	1	R\$ 1.520,90	R\$ 1.520,90
92	BOMBEADOR 4R6PB 21	UN	1	R\$ 2.236,14	R\$ 2.236,14
93	BOMBEADOR 4R8PB 06	UN	1	R\$ 1.048,08	R\$ 1.048,08
94	BOMBEADOR 4R8PB 12	UN	1	R\$ 1.283,83	R\$ 1.283,83
95	BOMBEADOR VBUP 44 28E 5.5CV 4	UN	1	R\$ 2.616,98	R\$ 2.616,98
96	BOTAO DUPLO CSWBD PAST.10A	UN	6	R\$ 71,15	R\$ 426,92
97	BUCHA RED FG 1.1/2X1.1/4	UN	1	R\$ 17,84	R\$ 17,84
98	BUCHA RED FG 2 X1.1/2	UN	2	R\$ 22,96	R\$ 45,93
99	BUCHA RED FG 2.1/2X2	UN	4	R\$ 34,32	R\$ 137,28
100	BUCHA RED SD CURTA 75X60MM	UN	3	R\$ 20,02	R\$ 60,06
101	CABO PP 2 X 2,5 MM	MT	80	R\$ 4,99	R\$ 398,93
102	CABO PP 3 X 2,5 MM	MT	120	R\$ 6,44	R\$ 772,40
103	CABO PP 3 X 4,0 MM	MT	320	R\$ 9,75	R\$ 3.121,07
104	CABO PP 3 X 6,0 MM	MT	180	R\$ 13,75	R\$ 2.475,00
105	CABO PP 3 X 10,0 MM	MT	200	R\$ 25,76	R\$ 5.151,33
106	CABO PP 4 X 4.0MM	MT	30	R\$ 14,05	R\$ 421,50
107	CABO PP 4 X 6.0MM	MT	12	R\$ 18,31	R\$ 219,68
108	CAP IR LF SOLD 50	UN	15	R\$ 3,32	R\$ 49,75
109	CAP IR LF SOLD 75	UN	5	R\$ 9,43	R\$ 47,17

110	CAPACITOR P/MOTOR 216/259UF 110V	UN	5	R\$ 19,60	R\$ 98,00
111	CAPACITOR P/MOTOR 216/259UF 220V	UN	5	R\$ 40,25	R\$ 201,23
112	CAPACITOR P/MOTOR 270/324UF 110V	UN	5	R\$ 21,92	R\$ 109,62
113	CAPACITOR P/MOTOR 270/324UF 250V	UN	4	R\$ 59,89	R\$ 239,55
114	CAPACITOR P/MOTOR 340/408UF 110V	UN	4	R\$ 26,02	R\$ 104,07
115	CAPACITOR P/MOTOR 340/408UF 250V	UN	3	R\$ 69,83	R\$ 209,49
116	CAPACITOR P/MOTOR 430/516UF 110V	UN	7	R\$ 31,69	R\$ 221,81
117	CAPACITOR P/MOTOR 540/648UF 110V	UN	7	R\$ 37,63	R\$ 263,39
118	CAPACITOR PERMANENTE 25UF 400V	UN	10	R\$ 28,30	R\$ 283,00
119	CAPACITOR PERMANENTE 25UF 450V	UN	2	R\$ 30,40	R\$ 60,81
120	CAPACITOR PERMANENTE 30UF 400V	UN	8	R\$ 29,50	R\$ 236,03
121	CAPACITOR PERMANENTE 30UF 450V	UN	5	R\$ 34,48	R\$ 172,40
122	CAPACITOR PERMANENTE 35UF 400V	UN	5	R\$ 33,11	R\$ 165,53
123	CAPACITOR PERMANENTE 35UF 450V	UN	3	R\$ 40,69	R\$ 122,07
124	CAPACITOR PERMANENTE 40UF 400V	UN	6	R\$ 36,73	R\$ 220,40
125	CAPACITOR PERMANENTE 40UF 450V	UN	2	R\$ 45,21	R\$ 90,43
126	CHAVE PART PDW 2.0CV 380V 2,8 4A	UN	1	R\$ 176,74	R\$ 176,74
127	CHAVE PART PDW 3.0CV 380V 4 6,3A	UN	3	R\$ 192,02	R\$ 576,05
128	CHAVE PART PDW 4.0CV 380V 5,6 8A	UN	1	R\$ 192,02	R\$ 192,02
129	CHAVE PART PDW 5.0CV 380V 7 10A	UN	1	R\$ 214,06	R\$ 214,06
130	CHAVE PART PDW 7.5CV 380V 10 15A	UN	2	R\$ 218,16	R\$ 436,31
131	CHAVE PART PDW 15.0CV 380V 22 32A	UN	2	R\$ 271,78	R\$ 543,57
132	CHAVE PART PDWM04 5.0CV 22 32A 220V	UN	1	R\$ 301,78	R\$ 301,78
133	CHAVE REVERSORA LINHA TR830 AL LDL 30A	UN	3	R\$ 163,02	R\$ 489,07
134	CHAVE REVERSORA LINHA TR840 AL LDL 40A	UN	2	R\$ 182,97	R\$ 365,95
135	CHAVE REVERSORA MOTOR CR815 AL 15A	UN	2	R\$ 140,57	R\$ 281,15
136	CHAVE REVERSORA MOTOR CR830 AL 30A	UN	2	R\$ 157,00	R\$ 313,99
137	CONECTOR SINDAL BORNE 16MM 28006	UN	2	R\$ 29,49	R\$ 58,99
138	CONTATOR 3TS30 9A BOBINA 380VCA/60HZ 1NA	UN	1	R\$ 86,18	R\$ 86,18
139	CONTATOR 3TS31 12A BOBINA 220VCA/60HZ 1NA	UN	6	R\$ 91,96	R\$ 551,78
140	CONTATOR 3TS32 18A BOBINA 380VCA/60HZ 1NA	UN	1	R\$ 103,81	R\$ 103,81
141	CONTATOR CWM12.10 220V 30V26 60HZ	UN	6	R\$ 160,78	R\$ 964,70
142	CONTATOR CWM12.10 380V 30V41 60HZ	UN	5	R\$ 160,78	R\$ 803,92
143	CONTATOR CWM18.10 380V 30V41 60HZ	UN	2	R\$ 169,62	R\$ 339,25
144	CONTATOR CWM25.10 220V 30V26 60HZ	UN	3	R\$ 214,84	R\$ 644,52
145	CONTATOR CWM25.10 380V 30V41 60HZ	UN	4	R\$ 214,84	R\$ 859,36
146	CONTATOR CWM32.10 220V 30V26 60HZ	UN	2	R\$ 343,73	R\$ 687,45
147	CONTATOR CWM32.10 380V 30V41 60HZ	UN	1	R\$ 343,73	R\$ 343,73
148	CORDAO DE PARTIDA 3,5MM MS 7011035	MT	10	R\$ 5,05	R\$ 50,50
149	COTOVELO 90 FG 1.1/2	UN	4	R\$ 24,39	R\$ 97,55
150	COTOVELO 90 FG 2.1/2	UN	5	R\$ 76,15	R\$ 380,75

151	CURVA 90 LONGA SD 40MM	UN	3	R\$ 15,23	R\$ 45,70
152	CURVA 90 LONGA SD 60MM	UN	5	R\$ 42,65	R\$ 213,25
153	CURVA M/F 90 FG 1.1/4	UN	1	R\$ 61,77	R\$ 61,77
154	FIO ENCAPADO P/BOMBA SUB 0.70MM	KG	8	R\$ 140,81	R\$ 1.126,51
155	FIO ENCAPADO P/BOMBA SUB 0.80MM	KG	6	R\$ 140,81	R\$ 844,88
156	FIO ENCAPADO P/BOMBA SUB 0.90MM	KG	6	R\$ 140,81	R\$ 844,88
157	FIO ENCAPADO P/BOMBA SUB 1.00MM	KG	7	R\$ 140,81	R\$ 985,69
158	FIO ENCAPADO P/BOMBA SUB 1.10MM	KG	15	R\$ 140,81	R\$ 2.112,20
159	FIO ENCAPADO P/BOMBA SUB 1.20MM	KG	6	R\$ 140,81	R\$ 844,88
160	FIO ENCAPADO P/BOMBA SUB 1.50MM	KG	4	R\$ 140,81	R\$ 563,25
161	FIO ENCAPADO P/BOMBA SUB 1.60MM	KG	5	R\$ 140,81	R\$ 704,07
162	FIO ENCAPADO P/BOMBA SUB 1.80MM	KG	3	R\$ 140,81	R\$ 422,44
163	FIO ENCAPADO P/BOMBA SUB 2,00MM	KG	5	R\$ 140,81	R\$ 704,07
164	FIO NYLON ROCAD 2,70MM QUADRADO	MT	900	R\$ 1,21	R\$ 1.092,00
165	FITA AUTOFUSAO 19MMX 2M 3M	UN	10	R\$ 8,95	R\$ 89,53
166	FITA AUTOFUSAO 19MMX10M	UN	9	R\$ 35,76	R\$ 321,87
167	FITA ISOLANTE ANTI-CHAMA 19MM X 20M	UN	12	R\$ 16,93	R\$ 203,20
168	FITA ISOLANTE ANTI-CHAMA 19MMX5M	UN	10	R\$ 6,07	R\$ 60,70
169	FITA VEDAROSCA 18MMX50M	UN	10	R\$ 21,98	R\$ 219,83
170	FITA VEDAROSCA CARRETEL 18X20M	UN	8	R\$ 4,94	R\$ 39,49
171	FUSIVEL FDW 16 DII 16A GL/GG	UN	8	R\$ 12,77	R\$ 102,16
172	FUSIVEL FDW 20 DII 20A GL/GG	UN	4	R\$ 12,77	R\$ 51,08
173	FUSIVEL FDW 25 DII 25A GL/GG	UN	8	R\$ 12,77	R\$ 102,16
174	JOELHO 90 SD 20MM	UN	25	R\$ 0,77	R\$ 19,33
175	JOELHO 90 SD 25MM	UN	25	R\$ 0,98	R\$ 24,50
176	JOELHO 90 SD 32MM	UN	15	R\$ 3,01	R\$ 45,20
177	JOELHO 90 SD 40MM	UN	3	R\$ 7,03	R\$ 21,09
178	JOELHO 90 SD 50MM	UN	15	R\$ 6,35	R\$ 95,20
179	JOELHO 90 SD 60MM	UN	10	R\$ 37,60	R\$ 375,97
180	LUVA FG 1.1/2	UN	80	R\$ 17,52	R\$ 1.401,60
181	LUVA FG 1.1/4	UN	50	R\$ 13,71	R\$ 685,33
182	LUVA FG 2	UN	25	R\$ 26,90	R\$ 672,42
183	LUVA FG 2.1/2	UN	15	R\$ 51,40	R\$ 771,05
184	LUVA M/F RED FG 2X1.1/2	UN	1	R\$ 30,50	R\$ 30,50
185	LUVA RED FG 1.1/2X1.1/4	UN	1	R\$ 20,44	R\$ 20,44
186	LUVA RED FG 2 X1.1/4	UN	1	R\$ 34,61	R\$ 34,61
187	LUVA SD 20MM	UN	35	R\$ 0,84	R\$ 29,52
188	LUVA SD 25MM	UN	35	R\$ 0,96	R\$ 33,60
189	LUVA SD 32MM	UN	20	R\$ 2,54	R\$ 50,87
190	LUVA SD 40MM	UN	8	R\$ 5,61	R\$ 44,88
191	LUVA SD 50MM	UN	15	R\$ 5,23	R\$ 78,40
192	MANGUEIRA POLIET 1/2 X 1,0MM	MT	2000	R\$ 0,77	R\$ 1.546,67
193	MANGUEIRA POLIET 3/4 X 1.5MM	MT	1500	R\$ 1,42	R\$ 2.135,00
194	MANGUEIRA POLIET 1 X 2,0MM	MT	900	R\$ 2,26	R\$ 2.037,00

195	MANGUEIRA RECAPADA 3/4 X 2,0MM	MT	70	R\$ 4,30	R\$ 300,77
196	MINIDISJUNTOR TERMOMAG MDWC 3P 25A	UN	3	R\$ 68,80	R\$ 206,40
197	MINIDISJUNTOR TERMOMAG MDWC 3P 32A	UN	3	R\$ 68,80	R\$ 206,40
198	MINIDISJUNTOR TERMOMAG MDWC 3P 50A	UN	2	R\$ 68,80	R\$ 137,60
199	MOTOR 230/ 0,5CV/220MO 4	UN	2	R\$ 1.024,77	R\$ 2.049,53
200	MOTOR 230/0,7CV/380V 4	UN	2	R\$ 929,09	R\$ 1.858,17
201	MOTOR 230/1,0CV/220MO 4	UN	3	R\$ 1.218,82	R\$ 3.656,47
202	MOTOR 230/1,5CV/220MO 4	UN	8	R\$ 1.272,59	R\$ 10.180,72
203	MOTOR 230/1,5CV/380V 4	UN	3	R\$ 1.016,87	R\$ 3.050,62
204	MOTOR 230/2,0CV/380V 4	UN	4	R\$ 1.249,80	R\$ 4.999,20
205	MOTOR 230/2.0CV/220MO 4	UN	6	R\$ 1.465,07	R\$ 8.790,40
206	MOTOR 230/3,0CV/220MO	UN	6	R\$ 1.829,25	R\$ 10.975,52
207	MOTOR 230/3,0CV/380V 4	UN	3	R\$ 1.455,89	R\$ 4.367,68
208	MOTOR 350/4,5CV/380V 4	UN	1	R\$ 2.781,94	R\$ 2.781,94
209	MOTOR 350/5,5CV/380V 4	UN	3	R\$ 3.085,71	R\$ 9.257,14
210	MOTOR 360/3,0CV 440V 4	UN	1	R\$ 2.714,55	R\$ 2.714,55
211	MOTOR 450/ 8,0HP 380V 60HZ 4	UN	1	R\$ 4.722,58	R\$ 4.722,58
212	MOTOR 500/4,0CV/380V 6	UN	1	R\$ 3.732,25	R\$ 3.732,25
213	MOTOR 610/11,0CV 380V 6	UN	1	R\$ 5.362,77	R\$ 5.362,77
214	NIPLE DUPLO FG 1/2	UN	12	R\$ 4,01	R\$ 48,16
215	NIPLE DUPLO FG 1/4	UN	10	R\$ 4,38	R\$ 43,77
216	NIPLE DUPLO FG 1	UN	15	R\$ 9,04	R\$ 135,65
217	NIPLE DUPLO FG 1.1/2	UN	10	R\$ 16,05	R\$ 160,53
218	NIPLE DUPLO FG 1.1/4	UN	1	R\$ 13,03	R\$ 13,03
219	PAINEL B25/1,0HP/23MO	UN	4	R\$ 203,30	R\$ 813,21
220	PAINEL B25/1,5HP/23MO	UN	4	R\$ 211,39	R\$ 845,57
221	PAINEL B25/2,0HP/23MO	UN	2	R\$ 233,89	R\$ 467,77
222	PAINEL B33TL/1,5HP/220V	UN	1	R\$ 594,83	R\$ 594,83
223	PONTEIRA ESTRIADA 300025002 AISI304	UN	6	R\$ 202,51	R\$ 1.215,08
224	REG ESF IRRI AZUL 50MM	UN	35	R\$ 18,18	R\$ 636,18
225	REG ESF IRRI AZUL 75MM	UN	15	R\$ 99,65	R\$ 1.494,80
226	REG ESF SOLD PVC 20MM PREDIAL	UN	10	R\$ 5,56	R\$ 55,60
227	REG GAVETA EUROPA 1.1/2()	UN	2	R\$ 72,76	R\$ 145,53
228	REG GAVETA EUROPA 2 ()	UN	1	R\$ 131,11	R\$ 131,11
229	REG GAVETA LIGA BRONZE 4 IND	UN	1	R\$ 1.009,84	R\$ 1.009,84
230	REG VALV ESF LATAO 2 JAPI	UN	1	R\$ 221,65	R\$ 221,65
231	REG VALV ESF LATAO 2.1/2	UN	2	R\$ 488,65	R\$ 977,31
232	REG VALV ESF LATAO 3	UN	2	R\$ 671,99	R\$ 1.343,97
233	RELE BIMETALICO 3US5012,518A 1NA1NF	UN	3	R\$ 92,01	R\$ 276,04
234	RELE FALTA DE FASE RPW 380V 50/60HZ	UN	15	R\$ 129,25	R\$ 1.938,70
235	RELE SOBR TERM RW27 1D3 10 15A 7.5CV	UN	2	R\$ 162,15	R\$ 324,31
236	RELE SOBR TERM RW27 1D3 11 17A	UN	2	R\$ 162,15	R\$ 324,31
237	RELE SOBR TERM RW27 1D3 15 23A 10CV	UN	3	R\$ 162,15	R\$ 486,46
238	RELE SOBR TERM RW27 1D3 22 32A 15CV	UN	3	R\$ 162,15	R\$ 486,46

239	RELE TEMPO ALTRONIC TEI 0103 24 A 240VCA/VCC	UN	1	R\$ 116,39	R\$ 116,39
240	RELE TEMPO RTW17A01U010SE40 220VAC	UN	15	R\$ 104,24	R\$ 1.563,60
241	TE 90 SD 20MM	UN	15	R\$ 1,23	R\$ 18,50
242	TE 90 SD 60MM	UN	15	R\$ 39,96	R\$ 599,35
243	TE IR LF BS 50	UN	25	R\$ 9,94	R\$ 248,42
244	TE IR LF BS 75 /	UN	25	R\$ 19,34	R\$ 483,42
245	TE IR LF BSR 35 X 1	UN	20	R\$ 6,33	R\$ 126,60
246	TE IR LF BSR 50 X 3/4	UN	20	R\$ 7,90	R\$ 158,00
247	TE IR LF BSR 50 X 1	UN	40	R\$ 8,08	R\$ 323,33
248	TUBO EDUTOR GEOT DN32X 4M 1 1/4	TB	100	R\$ 36,88	R\$ 3.688,33
249	TUBO EDUTOR GEOT DN40X 4 M 1 1/2	TB	70	R\$ 62,03	R\$ 4.342,10
250	TUBO FGALV 1.1/2 X 6MX19,1KG PERFIL	TB	10	R\$ 259,95	R\$ 2.599,53
251	TUBO FGALV 1.1/4 X 6MX14,4KG PERFIL	TB	25	R\$ 196,56	R\$ 4.913,92
252	TUBO FGALV 2 X 6MX24,02KG PERFIL	TB	15	R\$ 325,65	R\$ 4.884,80
253	TUBO FGALV 2.1/2 X 6MX34,65KG PERFIL	TB	5	R\$ 469,98	R\$ 2.349,90
254	TUBO IR LF PN40 PBL 50	TB	180	R\$ 24,84	R\$ 4.471,80
255	TUBO PVC SD MARR 25MM (METRO)	MT	240	R\$ 3,50	R\$ 840,80
256	TUBO PVC SD MARR 32MM (METRO)	MT	180	R\$ 9,79	R\$ 1.762,80
257	TUBO PVC SD MARR 50MM (METRO)	MT	1	R\$ 13,43	R\$ 13,43
258	TUBO PVC SD MARR 60MM (METRO)	MT	24	R\$ 31,96	R\$ 766,96
259	TUBO PVC SD MARR 75MM (METRO)	MT	36	R\$ 47,10	R\$ 1.695,60
260	UNIAO FG ASSENTO PLANO 1	UN	4	R\$ 30,08	R\$ 120,33
261	UNIAO FG ASSENTO PLANO 1.1/2	UN	5	R\$ 53,85	R\$ 269,27
262	UNIAO PVC SD 40MM	UN	5	R\$ 33,75	R\$ 168,73
263	UNIAO PVC SD 50MM	UN	3	R\$ 32,73	R\$ 98,18
264	UNIAO PVC SD 60MM	UN	5	R\$ 94,42	R\$ 472,08
265	VALV RET HORIZ C/PORT 1.1/2	UN	2	R\$ 185,57	R\$ 371,14
266	VALV RET HORIZ C/PORT 1.1/4	UN	2	R\$ 164,90	R\$ 329,79
267	VALV RET HORIZ C/PORT 2.1/2	UN	2	R\$ 422,84	R\$ 845,68
268	VALV RET HORIZ C/PORT 4	UN	2	R\$ 907,51	R\$ 1.815,01
269	VALVULA PE FE P/POCO 1.1/2	UN	8	R\$ 35,50	R\$ 284,00
270	VALVULA PE FE P/POCO 2	UN	4	R\$ 70,82	R\$ 283,29
271	VALVULA PE FE P/POCO 2.1/2	UN	3	R\$ 88,71	R\$ 266,13
					R\$ 244.146,47

5. REQUISITOS DA PROPOSTA

A proposta comercial deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, preferencialmente com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, legalmente habilitado.

Preço unitário e total, em moeda nacional, algarismo e por extenso, devendo estar incluídas todas as despesas, tais como: impostos, taxas, fretes e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o preço proposto.

Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da abertura deste Pregão.

A especificação clara, completa e minuciosa do material oferecido em conformidade com o Anexo 01 do Edital, indicando, dentre outros, **a marca e quantidade do produto cotado.**

6. JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

6.1 No julgamento das propostas será considerada vencedora, desde que atendidas as especificações constantes deste Termo de Referência, a empresa que for a detentora do melhor lance, ou seja, a que propuser o menor preço global, ofertado para materiais de primeira linha.

6.1.1. O Pregoeiro poderá solicitar amostras dos produtos de marcas desconhecidas, bem como recusar produtos cuja qualidade seja reconhecidamente inferior.

7. ENTREGA

7.1. Os materiais de consumo, objeto deste Termo, deverão ser entregues na Divisão de Serviços Gerais do Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Administração e suas demais Secretarias conforme sua demanda neste Município de SÃO JOSÉ DO PIAUÍ, situada na Avenida Central, nº 309, Bairro Centro, CEP 64.625-000, São José do Piauí-PI, no horário de 8h00 às 12h00.

8. RECEBIMENTO

8.1. O objeto contratado será recebido:

8.1.1. PROVISORIAMENTE, pela Secretaria Municipal de Administração e suas demais Secretarias da Prefeitura Municipal de SÃO JOSÉ DO PIAUÍ-PI, para posterior verificação da conformidade do material de consumo com a especificação.

8.1.2. DEFINITIVAMENTE, após verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação, no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar do Recebimento Provisório. Os materiais deverão estar dentro das normas aplicáveis de qualidade e, caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem defeitos e incorreções, não serão aceitos, devendo ser retirados pelo fornecedor no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da notificação.

8.2. As firmas deverão obedecer aos prazos determinados para a entrega dos produtos. No caso do não cumprimento dos prazos determinados será aplicado multa por atraso, independentemente de notificação, conforme especificado no ato convocatório e neste termo de referência.

9. DA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO

9.1 Após a homologação da licitação as obrigações decorrentes da mesma serão formalizadas através da emissão de Nota de Empenho, em favor da licitante vencedora.

10. DO PAGAMENTO

10.1 A Prefeitura Municipal de SÃO JOSÉ DO PIAUÍ-PI efetuará o pagamento, mediante cheque nominativo, contra qualquer agência bancária do Banco do Brasil indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, no prazo de 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo da nota fiscal, devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Administração e suas demais Secretarias da Prefeitura Municipal de SÃO JOSÉ DO PIAUÍ-PI.

10.2 Na ocasião da retirada da Nota de Empenho, o representante deverá, para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias:

10.2.1 – Entregar, até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da entrega dos produtos, ao setor responsável pela fiscalização do contrato, as cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas de originais para conferência pelo servidor que as receber – dos seguintes documentos:

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, incluindo os débitos previdenciários;
- b) Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Federal, Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede; e
- c) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 Os recursos para cobrir as despesas decorrentes da aquisição objeto desta licitação estão consignados em ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO/FPM/ICMS/FUNDEB/FUS/FMS/FMAS E OUTROS.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

12.2. Pagar a importância correspondente à aquisição, no prazo contratado.

12.3 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a contratada entregar fora das especificações deste Edital e seus anexos.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, nos prazos estabelecidos, os materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua aplicação nos equipamentos que os utilizarem.

13.2. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento do presente Contrato.

13.3. Entregar os produtos no prazo contido na proposta.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E MULTAS

14.1 Nos termos do artigo 7º da Lei nº. 10.520/02 e do art. 14, do Decreto Federal nº 3.555/00, a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciadas do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e/ou do Sistema de Cadastro de Fornecedores deste Órgão, quando:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo;
- h) cometer fraude fiscal.

14.1.1. As sanções determinadas no item 14.1 são de competência do Prefeito Municipal de SÃO JOSÉ DO PIAUÍ-PI.

14.2. Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/96, nas hipóteses de atraso injustificado no fornecimento dos materiais ou descumprimento de cláusula contratual, será aplicada multa de mora à contratada de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, ou por ocorrência do descumprimento.

14.2.1. O atraso injustificado no fornecimento dos materiais superior a 15 (quinze) dias, caracteriza a inexecução total do contrato.

14.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Prefeitura Municipal de SÃO JOSÉ DO PIAUÍ-PI poderá nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à contratada as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

14.3.1. As sanções estabelecidas nas alíneas “a”, “b” e “c” deste item são da competência da Secretária de Municipal de Administração.

14.3.2. Quando aplicada a multa prevista na alínea “b” será ela compensada por ocasião do pagamento dos valores devidos, pela Secretaria Municipal de Administração, conforme os artigos 368 a 380 do Código Civil.

14.3.3. A sanção estabelecida na alínea “d” deste item é da competência do Prefeito Municipal de SÃO JOSÉ DO PIAUÍ-PI.

14.3.4. As sanções estabelecidas no item 14.3 podem ser aplicadas à contratada juntamente com as multas moratórias prevista no item 14.2.

14.3.5. A aplicação de multas, bem como a anulação do empenho ou a rescisão do contrato, ou todas as sanções relacionadas neste termo de referência serão precedidas de processo administrativo, mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

15. ESTIMATIVA DE CUSTOS

O custo total estimado para aquisição parcelada dos materiais objeto deste Termo de Referência é de R\$ 244.146,47 (duzentos e quarenta e quatro mil cento e quarenta e seis reais e quarenta e sete centavos), por se tratar de Pregão Presencial, durante a vigência do exercício financeiro do ano de 2020.

16. MÉTODO DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS

O valor estimado da contratação foi apurado em pesquisas de preços no mercado regional.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020- /PMSJ/PI

xxxxxxx, CNPJ nº xxxxxxxxxx, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, para fins de participação no PREGÃO Nº 014/2020 para (Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de peças para poços tubulares, para atender as necessidades do município de São José do Piauí) **DESTINADOS AO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO PIAUÍ-PI**, em cumprimento ao previsto no inciso VII do artigo 4.º da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, **DECLARA**, sob as penalidades da lei, expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no Pregão supracitado.

SÃO JOSÉ DO PIAUÍ (PI), xxxx de xxxxx de 2020

Assinatura do representante legal da empresa

NOME:

RG:

CPF:

ANEXO III

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

DECLARAÇÃO

REF.: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020– /PMSJ/PI**

Para fins de participação no PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020– /PMSJ/PI, a empresa xxxxxxxx, CNPJ nº xxxxxxxx, sediada na xxxxxxxxxxxx, declara, sob as penas da lei que, até a presente data inexistem fato(s) impeditivo(s) para a sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

SÃO JOSÉ DO PIAUÍ (PI), xxxxx de xxxxx de 2020.

Assinatura do representante legal da empresa

NOME:

RG:

CPF:

ANEXO IV

MINUTA DA DECLARAÇÃO SOBRE EMPREGO DE MENORES

DECLARAÇÃO

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020- /PMSJ/PI

A empresa XXXXXXXX, inscrita no CNPJ Nº 03.466.121/0001-11, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a). XXXXX, portador da Cédula de Identidade nº. XXXXXX e CPF nº. XXXXX, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do Art. 27 da Lei Nº 8.666, de 21 de dezembro de 1993, acrescido pela Lei Nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz:
SIM () NÃO ().

SÃO JOSÉ DO PIAUÍ (PI), XXX de XXXX de 2020

Assinatura do representante legal da empresa

NOME:

RG:

CPF:

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

À
Comissão Permanente de Licitação
PREGÃO PRESENCIAL N° XXXX/2020.
ABERTURA: XX/XX/2020 - ÀS XX:XX Horas

A _____ (nome da empresa), vem através deste Termo de Responsabilidade garantir o fornecimento dos materiais no prazo e nas condições estabelecidas no presente Edital.

Por ser verdade, firmamos a presente.

Atenciosamente,
XXXXX, em _____ de _____ de 2020.

Assinatura do Rep. Legal da Empresa

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA

À
Comissão Permanente de Licitação
PREGÃO PRESENCIAL Nº XXXX/2020.
ABERTURA: XX/XX/2020 - ÀS XX:XX Horas

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com endereço sito na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Nº XXX, Bairro: XXXXX, Cidade: XXXXXX, Estado: XXXXXX, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, para fins de participação no PREGÃO Nº 014/2020 - PMSJ/PI - para Pregão Presencial para Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de peças para poços tubulares, para atender as necessidades do município de São José do Piauí, **DESTINADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PIAUÍ-PI, DECLARA**, sob as penalidades da lei, que está enquadrada como MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, fazendo jus a todos os benefícios acobertados pelo citado diploma legal.

SÃO JOSÉ DO PIAUÍ (PI), XXX de XXXX de 2020

Assinatura do representante legal da empresa

NOME:

RG:

CPF:

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE QUE CONHECE E ACEITA AS REGRAS DETERMINADAS PELA ADMINISTRAÇÃO E DE EXECUÇÃO DO OBJETO

À

Comissão Permanente de Licitação

PREGÃO PRESENCIAL Nº XXXX/2020.

ABERTURA: XX/XX/2020 - ÀS XX:XX Horas

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com endereço sito na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Nº XXX, Bairro: XXXXX, Cidade: XXXXXX, Estado: XXXXXX, para fins do PREGÃO Nº 014/2020 - PMSJ/PI - , declara que conhece e aceita as regras determinadas pela Administração, do e que se compromete a executar o objeto da licitação dentro do município de SÃO JOSÉ DO PIAUÍ-PI, sem custos adicionais e independentes de quantidade, através do Edital.

Por ser verdade, firmamos a presente.

Atenciosamente,

SÃO JOSÉ DO PIAUÍ (PI), XXX de XXXX de 2020

Assinatura do representante legal da empresa

NOME:

RG:

CPF:

ANEXO VIII – MINUTA CONTRATUAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020

CONTRATO Nº XXX/2020

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA POÇOS TUBULARES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO PIAUÍ, QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO PIAUÍ - PI E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO PIAUÍ-PI, inscrito no CNPJ nº 06.553.838/0001-99, situado na Avenida Central, nº 309, Centro, Cep: 64.625-000, São José do Piauí - PI, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. João Bezerra Neto, CPF nº 566.101.573-91e RG nº 33.348.076-4 SSP/SP.

CONTRATADO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na Rua XXXXXXXXX, Nº XXXX, Bairro XXXXX, CEP XXXXXXXXX Cidade DE XXXXXXXXXXXXX, representado pelo XXXXXXXXXXXXXXXXXX o Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador da Cédula de identidade RG nº XXXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXXX.

O CONTRATANTE e a CONTRATADA, acima especificados, têm entre si ajustado o presente **Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de peças para poços tubulares, para atender as necessidades do município de São José do Piauí**, conforme a PREGÃO PRESENCIAL nº 014/2020, regulado pelos preceitos de

direito público, especialmente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado, bem como mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de peças para poços tubulares, para atender as necessidades do município de São José do Piauí**, conforme especificações constantes do PREGÃO PRESENCIAL nº 014/2020 e na Proposta de Preços apresentada pelo Contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LICITAÇÃO

A prestação dos serviços, ora contratado, foi objeto de PREGÃO PRESENCIAL de licitação, de acordo com o disposto na Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

O CONTRATANTE e a CONTRATADA vinculam-se plenamente ao presente contrato, a PREGÃO PRESENCIAL nº 014/2020, bem como proposta financeira e documentação apresentada pela CONTRATADA. Esses documentos constam do Procedimento Licitatório acima descrito e são partes integrantes e complementares deste Contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE obriga-se a:

- I** – emitir a ordem de serviço do objeto de contrato, assinada pela autoridade competente;
- II** – efetuar pagamento à CONTRATADA de acordo com a prestação dos serviços e os termos estabelecidos neste Contrato;
- III** – fiscalizar o fiel cumprimento deste contrato através do Setor Administrativo Financeiro;

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- I** – executar o presente contrato em estrita consonância com os seus dispositivos, com o Instrumento Convocatório e com a sua proposta financeira;
- II** – prestar os serviços de acordo à demanda apresentada pelo CONTRATANTE, de maneira eficaz e célere;

III – prestar os serviços objeto do contrato em estrita concordância com as especificações constantes do PREGÃO PRESENCIAL de Licitação nº 014/2020.

IV – retificar às suas expensas, em tempo hábil, os serviços apresentados com qualquer vício;

V – responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

VI – assumir, por sua conta exclusiva, todos os encargos resultantes da execução do contrato, inclusive impostos, taxas, emolumentos e suas majorações incidentes ou que vierem a incidir sobre o referido objeto, bem como encargos técnicos e trabalhistas, previdenciários e securitários do seu pessoal;

VII – utilizar na execução do presente contrato somente pessoal em situação trabalhista e securitária regulares;

VIII – manter durante a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

IX – fornecer ao CONTRATANTE todas as informações solicitadas acerca do objeto deste contrato;

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

No ato da prestação dos serviços, será emitido recibo dos serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

Este contrato vigorará até 31 de dezembro de 2020, a partir de sua assinatura, podendo ainda ser prorrogado ou aditivado, nos termos da Lei nº 8.666/93, por interesse público, ou até conclusão de novo procedimento licitatório.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta dos recursos do ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO/RECURSOS ORDINÁRIOS/FPM E OUTROS. Elemento Despesa: 44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.

CLÁUSULA NONA – DO VALOR

A execução do presente Contrato será fiscalizada pelo Setor Administrativo Financeiro da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO ÚNICO – O servidor referido anotar, em registro, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, garantida a prévia defesa e segundo a extensão da falta ensejada, as penalidades previstas no art. 87 da Lei n.º 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em caso de aplicação de multas, o CONTRATANTE observará o percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor estimado do contrato por descumprimento de qualquer cláusula contratual ou do Pregão.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As multas poderão deixar de ser aplicadas em casos fortuitos ou motivos de força maior, devidamente justificados pela CONTRATADA e aceitos pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As multas aplicadas serão descontadas de pagamentos porventura devidos ou cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DOS CASOS DE RESCISÃO

O presente contrato será rescindido excepcionalmente, por quaisquer dos motivos dispostos no art. 78 da Lei n.º 8.666/93, sob qualquer uma das formas descritas no artigo 79 da mesma lei.

PARÁGRAFO ÚNICO – Em caso de rescisão administrativa decorrente da inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATADA não terá direito a espécie alguma de indenização, sujeitando-se às consequências contratuais e legais, reconhecidos os direitos da Administração, assegurada a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DOS RECURSOS

Dos atos do CONTRATANTE decorrentes da aplicação da Lei n.º 8.666/93, cabem os recursos dispostos no seu art. 109.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto no parágrafo único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela Administração Contratante, aplicando-se o que dispõe a Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais preceitos de direito público, e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Inhuma-PI, Estado do Piauí, da Justiça Comum, para dirimir as questões derivadas deste Contrato.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme o presente contrato lavrado em três vias assinam as partes abaixo.

São José do Piauí (PI), XXX de XXXXX de 2020.

João Bezerra Neto

Prefeito Municipal de São José do Piauí - PI

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF: